Aspetos históricos do processo de criação da Justiça Eleitoral no Brasil: Republicanismo, Tenentismo e Coronelismo

*Historical aspects of the process of creating Electoral Justice in Brazil:
Republicanism, Tenentism and Coronelism*

João Paulo Ramos Jacob ¹

Universidade de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-6337-3945>

joaopaulojacob_@hotmail.com

Maíra Silva Marques da Fonseca ²

Universidade de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-8439-7284>

mf@mairafonseca.com.br

Recebido em: 15.10.2020

Aprovado em: 28.11.2020

Resumo:

Faz considerações sobre o processo de evolução da Justiça Eleitoral Brasileira. Retrata a instabilidade da história política brasileira, marcada por momentos de tensão entre as políticas democráticas e o autoritárias. Essa oscilação certamente colaborou para o atraso do desenvolvimento e da necessidade da Justiça Eleitoral. Descreve o movimento chamado de republicanismo, tenentismo e coronelismo. Características marcantes da história política do Brasil. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é analisar o desenvolvimento inicial da Justiça Eleitoral, evidenciando como o órgão partiu de uma posição de passividade frente aos desmandos e arbítrios das autoridades, para uma

Como citar: JACOB, João Paulo Ramos; FONSECA, Maíra Silva Marques da. Aspetos históricos do processo de criação da Justiça Eleitoral no Brasil: Republicanismo, Tenentismo e Coronelismo. *Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica*, Avaré, v.2, n.1, p. 143-173, jan./abr. 2021. doi: 10.51284/RBPJ.2.jacob

¹ Doutorando e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo (USP), onde atualmente cursa seu doutoramento. É advogado e como docente atua na direção da Escola do Legislativo Senador José Lindoso da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), é Editor-Chefe da Revista Amazonense de Estudos Legislativos (2675-3839). É membro Fundador e integra o Instituto Amazonense de Direito Administrativo (IADA). Integra o Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral - IBRADE e é membro da Arcadas - Associação Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP.

² Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Advogada Trabalhista e Conselheira Estadual da OAB/PR. Prêmio Revista Análise 500 Advocacia (2018), entre os Advogados Mais Admirados na categoria “Direito do Trabalho”. Integrante da Comissão da Mulher Advogada da OAB/PR (CMA/OABPR). Professora de Direito do Trabalho em Cursos de Especialização e da Escola Superior da Advocacia da OAB/PR (ESA/PR).

posição mais autônoma, atuante e decisiva no processo eleitoral brasileiro, razão pela qual atualmente ocupa um lugar de relevo na luta pela consolidação do Estado Democrático de Direito e pela preservação da verdade eleitoral.

Palavras-chave: Democracia no Brasil, História da Justiça Eleitoral, Brasil republicano, Tenentismo, Coronelismo.

1 Introdução

A introdução faz um resgate do processo histórico da criação da Justiça Eleitoral nos primeiros anos da República brasileira. Foi no contexto do crescimento da economia cafeeira em contraponto à açucareira fez surgir a robusta, dinâmica, potente e rica aristocracia rural, compondo uma forte classe burguesa que já não se continha na estrutura institucional do Império. Tal setor detinha total poder decisório, que não comportava o modelo centralizador imperial. Aliados ao fortalecimento do movimento republicano, culminaram na derrubada do Império, com um desfile militar na manhã de 15 de outubro de 1889, quando o então Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República.³

O período de transição para a República, importante a passagem de Boris Fausto, segundo o qual: “Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República.”⁴

Uma das características que marcaram o período imediatamente subsequente à Proclamação da República foi a grande incerteza com relação aos rumos que deveriam ser seguidos pelo governo. Militares e civis tinham interesses diversos. Pode-se dizer que os militares lutavam por um Poder Executivo forte, em oposição ao posicionamento dos civis, representados pelas elites das províncias, em especial São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que pretendiam estabelecer uma república federativa com ampla autonomia para as unidades regionais.⁵

³ SILVA, José Afonso da. *O constitucionalismo brasileiro: evolução institucional*. São Paulo: Malheiros Ed., 2011. p. 52.

⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, cit., p. 211.

⁵ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*, cit., p. 27.

Com a mudança do regime político, em 1889, os dirigentes à frente do movimento republicano se viram diante do desafio de reconfigurar as instituições monárquicas. Quem substituiria o imperador (Poder Moderador) e como esse substituto seria eleito? Que postos de governo seriam escolhidos por eleição? Quem teria direito a voto? O país continuaria a utilizar o regime bicameral, com um Senado e uma Câmara dos Deputados?⁶

Era grande a instabilidade experimentada pelo povo da época. Com relação às eleições, já no período da República, inicialmente a participação dos cidadãos foi mínima. A “Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos maiores de 21 anos que tivessem se alistado conforme determinação legal”. Apesar da adoção do voto direto pela Constituição, o número de eleitores permaneceu pequeno em razão da manutenção da proibição dos votos das mulheres e dos analfabetos.⁷ Com relação às alterações na legislação eleitoral, poucas mudanças significativas foram verificadas nos primeiros anos da República. O modelo de eleições diretas foi mantido e o voto censitário, abolido; nenhuma reforma substancial aconteceu nesse período.

Nota-se apenas que as fraudes no processo eleitoral, como era de se esperar, seguiram existindo, demonstrando que o jogo político continuava sendo comandado pelo governo eleito, sem oportunidades para a oposição⁸. De acordo com Jaime Barreiros Neto, “A fraude era generalizada, ocorrendo em todas as fases do processo eleitoral (alistamento de eleitores, votação, apuração de votos e reconhecimento dos eleitos)”⁹. Depreende-se que, a cada aperfeiçoamento legislativo tendente a acabar com as fraudes no processo eleitoral, novas medidas eram implementadas para que a balança política continuasse privilegiando aqueles que ocupavam o poder. Conforme será abordado ao longo do texto, esse cenário se manteve durante os primeiros anos da República Brasileira, resultando em uma profunda discussão acerca dos rumos políticos do país.

A eleição para o Congresso Nacional Constituinte foi regulamentada pelo Decreto n. 200-A. O mesmo diploma legal estabeleceu a inclusão dos eleitores que já haviam sido qualificados pela Lei Saraiva. A qualificação de novos eleitores passou a ficar sob a

⁶ NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*, cit., p. 46.

⁷ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*, cit., p. 27.

⁸ Ibid., p. 28.

⁹ BARREIROS NETO, Jaime. Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições. *Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento - UFSC*, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes>>. Acesso em: 15 set. 2017.

competência de comissões distritais e municipais¹⁰, o que, por via de consequência, afastou as autoridades judiciárias desta etapa do processo. Contudo, sobre as decisões proferidas por ambas as comissões cabia recurso para o juiz da comarca. Assim, como previsto na Lei Saraiva, todos os eleitores qualificados recebiam o título de eleitor¹¹.

A qualificação eleitoral seria feita por comissões distritais compostas de três membros: juiz de paz, subdelegado da paróquia e de um cidadão que tivesse as qualidades de eleitor, que fosse residente no distrito e que seria nomeado pelo presidente da Câmara. (Não obstante a República já tivesse substituído o vocábulo paróquia por município, ele ainda aqui aparece por força de costume). Para ser eleitor, o cidadão deveria provar, no momento da qualificação, que sabia ler e escrever e, também, que residia há mais de seis meses no distrito¹².

Ainda na esteira das mudanças promovidas em razão da instituição da República, o Regulamento Alvim - Decreto n. 511, de 23 de junho de 1890 – tratou de regulamentar a eleição para o Congresso Nacional Constituinte, além de revogar o voto distrital, ou seja, regia o processo eleitoral¹³. As condições de elegibilidade para o Congresso passaram a ser as seguintes: “para o cargo de deputado, a condição de ter mais de sete anos de cidadania brasileira; para o de senador, ter mais de nove anos de cidadania brasileira e ter mais de 35 anos de idade.” O fundamento para a exigência de tempo mínimo de cidadania brasileira foi a Grande Naturalização que naturalizou, no ano de 1889, os estrangeiros residentes no Brasil¹⁴. Outro ponto de destaque na evolução do processo eleitoral após Proclamação da República foi a instauração do sistema presidencialista pela primeira constituição republicana, onde restou determinado que presidente e vice-presidente seriam eleitos pelo voto direto, de acordo com a maioria absoluta. Com relação ao processo eleitoral, a nova constituição deu mais autonomia para os estados, que deviam regular as eleições estaduais e as municipais. O resultado dessa

¹⁰ Cabia às comissões distritais iniciar a elaboração das listas de eleitores, enquanto para as municipais cabia finalizar o processo de qualificação de novos eleitores.

¹¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*, cit., p. 28.

¹² FERREIRA, Manoel Rodrigues. Op. cit., p. 228.

¹³ Segundo Victor Leal, outro ponto interessante acerca do Regulamento Alvim foi a composição das mesas eleitorais que, no distrito da sede do município, eram presididas pelo presidente da câmara municipal e compostas de cinco membros dos demais distritos, indicados por ele. Todas as dúvidas que o eleitor tivesse, caso fosse autorizado a suscitá-las, eram dirimidas pelo presidente da câmara, se a mesa ainda não tivesse sido formada, ou por meio da maioria relativa, caso já tivesse sido. Segundo Victor Nunes Leal “pela forma descrita foram feitas as eleições para o Congresso Constituinte, nas quais o governo, com armas tão eficazes, alcançou vitória espetacular”. (LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, cit., p. 212).

¹⁴ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*, cit., p. 29.

autonomia legislativa estadual foi a diversidade das normas referentes ao processo eleitoral no Brasil, como era de se esperar¹⁵.

Na esteira do desenvolvimento do sistema eleitoral brasileiro, a primeira Lei Eleitoral da República foi a Lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, que trouxe importantes inovações como o processo de votação dos representantes da federação, quais sejam, o voto limitado e a limitação da escolha de três deputados por distrito eleitoral. Dessa forma, pretendia-se conferir mais representação às classes minoritárias, o que, mais tarde, não se verificou de forma efetiva na prática. Contudo, referido diploma fez surgir os critérios para a escolha do presidente da República, quais sejam: ser brasileiro nato, maior de 35 anos e estar na posse dos direitos políticos¹⁶; tais requisitos perduram até os dias atuais.¹⁷ No ano de 1893, por força da Lei n. 69, os estados foram divididos em distritos federais, para fins de eleição dos deputados federais. No mesmo ano, a Lei n. 184, de 23 de setembro, tratou de definir a forma de qualificação, dispondo expressamente em seu artigo art. 6º que não poderiam “...ser votados nos respectivos estados [...] os cidadãos que tiverem empresas privilegiadas ou gozarem de subvenções, garantias de juros ou outros favores do estado”¹⁸.

A Lei n. 426, de 7 de dezembro de 1896, regulamentou a atuação e a qualificação dos fiscais ou membros das mesas. De acordo com esta lei, somente poderia ocupar essas posições os brasileiros que preenchessem as condições de elegibilidade, mesmo que não estivessem alistados como eleitores¹⁹. Contudo, referida lei continha o polêmico art. 8º, onde restou instituído o absurdo voto descoberto. Por meio desse sistema, o preenchimento das cédulas seria realizado de forma pública, perante a mesa eleitoral, em duas vias. Veja-se:

Será lícito a qualquer eleitor votar por voto descoberto, não podendo a mesa recusar-se a aceitá-lo”. Parágrafo único: “O voto descoberto será dado, apresentando o eleitor duas cédulas, que

¹⁵ Ibidem, p. 30.

¹⁶ Id.

¹⁷ Ainda sobre a Lei n. 35 de 1892: O título da lei de 1892 (“Estabelece o processo das eleições federais”) não deixa dúvida: seu propósito era definir as regras que seriam utilizadas exclusivamente na escolha do presidente, do vice-presidente, dos senadores e dos deputados federais. Dessa forma, os estados tiveram a liberdade para adotar leis próprias para as eleições estaduais e municipais, inclusive fazendo alistamentos de eleitores específicos para essas eleições. NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*, cit., p. 54.

¹⁸ FERREIRA, Manoel Rodrigues. Op. cit., p. 260-261.

¹⁹ Ibid., p. 261.

assinará perante a mesa, uma das quais será depositada na urna e a outra lhe será restituída depois de datada e rubricada pela mesa e pelos fiscais”²⁰.

Tamanho é o absurdo dessa medida legislativa, que Manoel Rodrigues Ferreira, analisando a matéria, chega a mencionar que o voto descoberto foi uma das “grandes imoralidades que a República instituiu”. Frise-se que o preenchimento das cédulas, pela regulamentação, devia ser feito perante a mesa eleitoral, sem qualquer privacidade, em duas vias, sendo uma depositada e a outra mantida em posse do eleitor²¹. Outro diploma legal bastante influente nos primeiros anos da República foi a Lei Rosa e Silva (Lei n. 1.269), sancionada no dia 15 de novembro de 1904, pelo presidente Rodrigues Alves. “Essa lei revogou a Lei Eleitoral n. 35, de 26 de janeiro de 1892, e toda a legislação esparsa anterior. A lei constava de 16 capítulos, com 152 artigos e mais parágrafos”. Tamanha é a importância dessa lei para o período que é conveniente discorrer acerca das alterações por ela impetradas, ainda que não se pretenda, aqui, esgotar o conteúdo²².

Dentre as principais alterações trazidas pelo referido diploma legal, tem-se a relativa ao alistamento dos eleitores, a ser preparado por uma comissão em cada município. Merece especial atenção a forma de constituição das comissões de alistamento que, de acordo com a Lei Rosa e Silva, seriam feitas com base nos valores de contribuição dos cidadãos para com o município. Referida comissão era composta pelo “juiz de direito, dois dos maiores contribuintes de imposto predial, mais dois dos impostos sobre propriedade rural e, finalmente, mais três cidadãos eleitos pelos membros do governo municipal.”²³ Outra grande alteração da Lei Rosa e Silva foi o fim do alistamento eleitoral *ex officio*, devendo o cidadão, que dentro dos limites legais se considerasse apto, requerer perante a autoridade judiciária tal alistamento. A data de 30 de janeiro foi definida como o dia das eleições para deputados e senadores, em âmbito da República, sendo a eleição para senador realizada nos estados, ao passo que a eleição para deputados seguia o modelo de divisão em distritos eleitorais, nos estados e na União. O art. 59 da Lei Rosa e Silva assim determinava: “Na eleição geral da Câmara, ou quando o número de vagas a preencher no distrito for de cinco ou mais deputados, o eleitor poderá acumular todos os seus votos ou parte deles em um só candidato, escrevendo o nome do mesmo candidato

²⁰ Ibid., p. 262.

²¹ Id.

²² Ibid., p. 263.

²³ Ibid., p. 263-264.

tantas vezes quantos forem os votos que lhe quiser dar. § 1º No caso do eleitor escrever em uma cédula um nome único, só um voto será contado ao nome escrito”.²⁴

Já a eleição para presidente e vice ficou determinada para o “dia 1º de março do último ano do período presidencial”. O voto descoberto continuou na previsão legal, mas a regra passou a ser o voto secreto, ficando a critério do eleitor optar pelo voto aberto. Para quem desejasse votar em descoberto, o preenchimento das células, em duas vias, era realizado perante a mesa eleitoral; após datadas e rubricadas pelos mesários, uma das vias era depositada na urna e a outra ficava com o eleitor (art. 57)²⁵. Importante também a constituição das mesas eleitorais que passaram a ser formadas por cinco membros efetivos e seus respectivos suplentes. Segundo Manoel Rodrigues Ferreira, o processo eleitoral ficou assim definido:

As mesas seriam compostas de cinco membros efetivos e cinco suplentes. Aqueles cinco membros seriam indicados por grupos de 30 eleitores de cada seção eleitoral, por meio de ofício. Havendo mais de um ofício, seriam eleitos os que constassem do ofício contendo o maior número de eleitores. Em caso de empate, decidiria a sorte. Estas mesas eram efetivas durante cada legislatura. O presidente da mesa seria eleito pelos cinco membros. Terminada a eleição, era imediatamente feita a apuração pela própria mesa e lavrada ata com os resultados. Em seguida, eram tiradas cópias e enviadas às autoridades competentes, entre outras providências²⁶.

No que tange ao processo de apuração das eleições, ficou determinado na Lei Rosa e Silva que a “apuração geral de deputados seria feita nas sedes dos distritos; a de senadores, presidentes e vice-presidentes (da República), nas capitais dos estados”. Eram considerados eleitos, para o cargo de deputado e senador, aqueles que computassem o maior número de votos em ordem numérica²⁷. No entendimento de Jairo Nicolau, a Lei Rosa e Silva “procurou unificar, já no seu primeiro artigo, o alistamento no país”, determinando que para as eleições federais, estaduais e municipais apenas poderiam votar os cidadãos brasileiros que se encontrassem dentro das balizas da lei. Percebe-se, pois, uma tentativa de conferir uniformidade ao processo eleitoral, centralizando a regulamentação²⁸.

No tocante aos sistemas eleitorais, referida lei provocou duas alterações significativas na eleição para deputados federais, quais sejam: o aumento de deputados

²⁴ FERREIRA, Manoel Rodrigues. Op. cit., p. 264.

²⁵ Ibid., p. 265.

²⁶ Id.

²⁷ Ibid., p. 266.

²⁸ NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*, cit., p. 54.

por distrito, que ao invés de variar de três a cinco, passaram para cinco a sete, e a introdução do voto cumulativo, com a permanência do voto limitado, em vigor desde 1892. O voto cumulativo consistia na faculdade de o eleitor poder escolher mais de uma vez o mesmo candidato, sob a premissa de que assim seria possível eleger as minorias.

Seguindo as mudanças legislativas da época sobreveio a Lei n. 2.419, de 11 de julho de 1911, que estabeleceu regras referentes às inelegibilidades, ao alistamento e a outros detalhes do processo eleitoral. No que tange ao alistamento, a Lei n. 3.139, de 2 de agosto de 1916, “foi de considerável importância”, pois nela restou determinado que o requerimento deveria ser dirigido ao juiz do município, escrito pelo próprio candidato ao alistamento. O reconhecimento da firma era feito pelo tabelião²⁹. Ainda no tocante a Lei n. 3.139/1916, percebe-se uma flexibilização da qualificação eleitoral, que deixa de ser marcada pelas extravagantes exigências da Lei Saraiva, ao determinar que o eleitor deveria provar apenas o “exercício de indústria ou profissão ou de posse de renda que assegure a subsistência mediante qualquer documento admissível em juízo” e não mais passar por um custoso processo para comprovação de renda³⁰.

Importante ressaltar que o alistamento eleitoral, de acordo com a Lei n. 3.139/1916, volta a ser de responsabilidade do Poder Judiciário, ao contrário do disposto na Lei Rosa e Silva. A Lei n. 3.139/1916 especificou ainda que suas normas valiam apenas para disputas federais, no Distrito Federal e no território do Acre, logo, abriu-se novamente a possibilidade dos alistamentos estaduais. No que tange aos sistemas eleitorais, a contagem dos votos passou a ser feita na capital das províncias e não mais nas sedes dos municípios; além disso, o presidente da câmara, que até então participava da junta de apuração, (nos termos da Lei Rosa e Silva), foi substituído por um representante do Ministério Público. No mesmo ano, dispôs a Lei n. 3.208:

[...] dentre muitas providências, determinava que as unidades da Federação fossem divididas em distritos para as eleições dos deputados federais. São Paulo passou a ser dividido em quatro distritos eleitorais.

Posteriormente, apareceram as leis ns. 3.424, de 19 de dezembro de 1917; 3.542, de 25 de setembro de 1918; 14.658, de 29 de janeiro de 1921; e 17.527, de 10 de novembro de 1926³¹.

²⁹ Id.

³⁰ FERREIRA, Manoel Rodrigues. Op. cit., p. 268-269.

³¹ Ibidem, p. 269.

Portanto, que o período subsequente à Lei Saraiva foi marcado pela grande quantidade de iniciativas legislativas na área eleitoral, sem que mudanças substanciais fossem efetivamente verificadas na prática. Isso significa que o número de diplomas legais cresceu em volume, mas pouco afetou o processo eleitoral em si. Até 1930, o processo eleitoral foi marcado pelo enorme número de fraudes e mecanismos de deturpação das regras do jogo político.

2 Coronelismo e as fraudes no processo eleitoral brasileiro

As alterações legislativas desse período trataram de atacar pontos específicos da Lei Saraiva, sem causar grandes abalos³². O processo das eleições federais só foi alterado novamente por força da Lei n. 17.526, de 10 de novembro de 1926. Seguiram no mesmo caminho os decretos ns. 18.990 e 18.991. “Com a Revolução de 1930, findou um período bem característico da legislação eleitoral brasileira que havia sido inaugurado com a revolução republicana”³³. De acordo com Raimundo Hélio Lopes, marcando uma nova era na história política brasileira, o Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, instituiu o Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, veja-se:

É a certidão de nascimento do novo governo, que, vale notar, já nasce provisório, ou seja, é, por definição, temporário. Isso porque no seu primeiro artigo, por mais que não especificasse uma data definida, o atestado de óbito já tinha momento para ser lavrado: “até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça está a reorganização constitucional do país”. Desse modo, ainda segundo o referido artigo, o “Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo”. Dito de outro modo, até o reordenamento constitucionalista, o poder é discricionário³⁴.

Frente a clara necessidade de moralizar as eleições e tornar a legislação eleitoral mais transparente, livre dos vícios que até então predominavam no jogo político, surgiu, no cenário de fim da Primeira República, em 1930, a Justiça Eleitoral do Brasil, com a desafiadora missão de sanar as várias crises enfrentadas no processo eleitoral brasileiro,

³² Ibid., p. 268.

³³ Ibid., p. 269-270.

³⁴ LOPES, Raimundo Hélio. O Poder Discricionário: o Governo Provisório nas páginas do jornal carioca Correio da Manhã (1930-1932). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 29., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488719551_ARQUIVO_textocompletoanpuh2017RaimundoHLopes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

principalmente no que concerne às fraudes e às deturpações do sistema eleitoral³⁵. Não é de se estranhar que no decorrer da Primeira República (1889-1930) fosse desenvolvido um debate acerca dos rumos políticos do país, principalmente com relação à Constituição de 1891. As mudanças operadas ao longo da Primeira República, apesar de significativas, pelo menos do ponto de vista formal, não foram capazes de resolver os problemas que viciavam o processo eleitoral³⁶.

Impossível compreender o sistema político dos primeiros anos da República Brasileira sem tomar conhecimento do que consistiu o coronelismo e de sua influência na economia e nos governos locais e nacional desde o período do Brasil Colônia. O período colonial destacou-se pela dominação europeia nas terras brasileiras, tendo como fonte de economia a monocultura, próspera pela produção e exportação da cana-de-açúcar.³⁷ O latifúndio, propriedades agrícolas com grandes recursos e pertencentes a uma única família, eram as principais fontes monetárias da época e eram mantidas e permaneciam lucrativas com a utilização da mão de obra escrava.³⁸ Em virtude do inicial desinteresse de Portugal para com o Brasil, causado pela sua suposta “inutilidade econômica” como colônia, a Coroa, preocupada com o abandono de um território tão vultoso como esse, sabia que era preciso colonizá-lo por inteiro, o que demandaria alto investimento.

Para tanto, a solução encontrada foi a formação das capitanias hereditárias, que basicamente consistiam na divisão do Brasil em espaços de terras a serem administrados por particulares, geralmente, nobres do reino, conhecidos como donatários por possuírem recursos como escravos e outros bens para apoiá-los na produção das lavouras. Em troca do direito à exploração do solo e dos demais recursos naturais, estes senhores, responsáveis pela colonização, recebiam porções de terra e nelas eram tratados como soberanos. Diferentemente da Índia, que possuía uma civilização avançada e franca economia mercantil, os únicos recursos a serem oferecidos em território brasileiro eram naturais, razão pela qual interessavam-se pelo país aqueles que viviam da exploração da agricultura e da pecuária. Contudo, a ampla extensão territorial impediu o êxito da

³⁵ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*, cit., p. 35.

³⁶ O PROCESSO eleitoral - O Senado e a primeira República. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, 15 jul. 2002. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=292066>>. Acesso em: 16 set. 2017.

³⁷ A escravidão, que no início da época colonial era reconhecida pelo trabalho indígena e mais tarde passou a utilizar a mão de obra de negros e mestiços, foi um marco histórico (PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*, cit., p. 11).

³⁸ PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit., p. 11.

colonização pelo sistema das capitanias hereditárias³⁹. Segundo Caio Prado Jr., nesse cenário, onde a fonte de economia advinha da exploração dos recursos naturais, os pequenos lavradores não tinham vez:

A pequena propriedade não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia. O trabalho livre de pequenos lavradores não podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas com o grosseiro trabalho do escravo. Esta satisfazia plenamente as exigências desta rudimentar agricultura por um custo inacessível ao trabalho livre. Além disto, é um fato de observação comum que as culturas tropicais resultam muito mais rendosas – mesmo com a técnica primitiva daquela época – quando tratadas em larga escala. Daí a formação no Brasil das grandes explorações de preferências às pequenas⁴⁰.

A rentabilidade da exploração e exportação da cana-de-açúcar propiciou aos proprietários a constituição de verdadeiras fortunas, afora o prestígio e o domínio local. A sociedade era liderada pelos senhores dos engenhos, cidadãos respeitados, servidos e obedecidos por muitos. A mão de obra era composta por centenas de trabalhadores negros, mestiços e índios, escravos ou semilivres. A economia da época precisava do trabalho escravo para a sua subsistência. Sendo assim, a estrutura social era composta por duas classes: a dos grandes proprietários de terras e a grande massa de trabalhadores, duramente explorada e oprimida⁴¹. De acordo com Martonio Barreto Lima e Renan de Paula Lima, o domínio e o poder dos grandes proprietários de terras no período colonial os levaram ao lugar de lideranças políticas na comunidade local, com expressiva força nas câmaras municipais:

A formação de uma sociedade agrária pela base eminentemente rural e patriarcal da economia brasileira durante toda a colonização portuguesa permitiu a ascendência dos proprietários de terras como grupo econômico dominante, especialmente no interior do país, o que lhes conferiu prestígio social para exercer a liderança da comunidade local, pacificando os conflitos nas imediações de suas terras, principalmente dos dependentes diretos de suas atividades rurais. Isso tornou a fazenda um verdadeiro símbolo de nobreza nos municípios [...], garantindo expressiva força política aos senhores rurais nas câmaras dos municípios e consequentemente firmando-os enquanto classe dirigente⁴².

³⁹ Ibid., p. 11-15.

⁴⁰ PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit., p. 18-19.

⁴¹ Ibid., 24-29.

⁴² LIMA, Martonio Mont' Alverne Barreto; LIMA, Renal Saldanha de Paula. Resquícios do coronelismo no processo político-eleitoral do século XXI. *Revista Culturas Jurídicas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 100, 2016.

No Império prevaleceu a economia baseada na mineração e na agricultura e o período foi marcado por uma grave crise econômica, com a exportação da cana do açúcar entrando em decadência. Paralelamente, o governo brasileiro travava uma grande batalha com Portugal, que não admitia a proclamação do Brasil como nação independente. Para se manter, o país contava com o apoio de outros governos, como, por exemplo, a Inglaterra⁴³. Somente a partir da Proclamação da República que o Brasil pode, finalmente, explorar suas riquezas sem depender de recursos diretos de outras nações. O período republicano, sobretudo a República Velha (1889 – 1930), teve como uma de suas principais características a ascendência e o ápice do fenômeno chamado “coronelismo”⁴⁴.

Por coronelismo entende-se um regime com raízes na instauração do federalismo brasileiro, que fez desaparecer a figura do presidente da província e fez nascer a do governador de estado. Enquanto o primeiro exercia funções limitadas, sem poderes notórios, o segundo tinha total independência. O governador de estado era eleito pelos partidos e considerado “chefe da política estadual”. Na República Velha, como se concebia os primeiros anos do regime federalista, o governo nacional era reflexo imediato dos governos estaduais. Como profere Sales: “[...] a política dos estados [...] é a política nacional”, ao ter instaurado a “política dos governadores”. O apoio aos chefes dos estados advinha das classes dominantes locais, das quais os coronéis, grandes fazendeiros, eram os principais representantes⁴⁵. A influência dos coronéis no governo resultava de seu *status social*⁴⁶.

O coronelismo, nas palavras de Victor Nunes Leal, era o “resultado da suposição de formas, desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. Um arranjo político institucional, que nasceu durante a Colônia, com o alcance do poder político e a escravidão humana. Tratava-se da coexistência dos poderes público e privado no comando da nação; de um compromisso firmado pela troca de interesses entre o poder público e os donos de terras que, mesmo tendo perdido

⁴³ SAIBA mais sobre o Brasil Império. *Portal Brasil*, Seção Governo e Política, 6 nov. 2009.

⁴⁴ PERÍODO republicano teve início em 1889, com a Proclamação da República pelo Marechal Deodoro. *Portal Brasil*, Seção Governo, 18 nov. 2009.

⁴⁵ SALES, Campos. *Da propaganda à Presidência*. São Paulo: Typ. "A Editora", 1908. p. 252.

⁴⁶ AMARAL, Nemo de Andrade. *Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil (1889-1930): uma visão crítica sobre a obra de Vitor Nunes Leal*. 2004. Dissertação (Licenciatura) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2004. Repositório. Uniceub.

notoriedade, continuavam a exercer influência nas suas localidades, conforme preconiza Victor Leal⁴⁷:

O coronelismo é, então, por conceito, um sistema de política de dominação em que um chefe político local, influente e grande possuidor de terras – o coronel –, induz o eleitorado de sua região a votar nos candidatos por ele escolhidos em troca de favores, prestígio ou emprego público. O povo sofria com a miséria, a falta de terras e de água. Os coronéis possuíam grandes propriedades com grandes poços de águas, além de grande influência sobre os chefes políticos, podendo oferecer ao povo, em troca do voto, cargos públicos e demais benesses⁴⁸.

O prestígio que os latifundiários representavam expandia-se para um poder social. Os coronéis dominavam integralmente seus empregados, a sociedade e a política local. Os subalternos não tinham acesso à cidade, tornando-os totalmente dependentes dos patrões, para a satisfação das suas necessidades básicas. O povo da época era humilde, grande parte da população morava na zona rural, sem acesso à educação.

O poder do coronel advinha em grande parte da posse da terra. Dono de grandes propriedades rurais conseguia controlar a vida de centenas de colonos, meeiros e posseiros. Sem terra, essas pessoas dependiam do coronel para quase tudo. Assim, o coronel se transformava em protetor, juiz, compadre, padrinho ou conselheiro das pessoas do campo. Esse poder tornava possível o controle absoluto dos votos da região, que iam para quem o coronel indicasse. Eram os conhecidos votos de cabresto ou curral⁴⁹.

Há de se ressaltar que os governantes municipais, embora legalmente limitados, possuíam forte independência “extralegal”, conferida pelo governo estadual. Considerava-se sua opinião em assuntos que, muitas vezes, eram de competência de outro ente federativo. Essa ampla autonomia fazia com que, muitas vezes, o Estado deixasse de dar atenção ou punição à corrupção e a outras violações legais praticadas pelos municípios, como forma de cumprimento dos acordos firmados com os latifundiários. Os compromissos alicerçados tinham como base uma troca de favores, ou seja, ignorava-se indícios de corrupção e fraude em troca de apoio nas eleições.

⁴⁷ LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 23.

⁴⁸ CORONELISMO e Direito Eleitoral na Velha República. GT X – Direito e Desenvolvimento. In: Seminário De Pesquisa Do Ccsa. Cidadania Em Tempos De Tolerância, 21., UFRN, 2-6 maio 2016.

⁴⁹ Id.

3 Voto de Cabresto

Os chefes dos estados preocupavam-se, tão somente, em manter seus cargos e as benesses deles oriundas. Por terem ciência que a responsabilidade pela má gerência do município recaía sobre o próprio município, não se importavam com as infrações, os abusos e os excessos cometidos pelos governos das cidades⁵⁰. Uma vez que os recursos federais recebidos pelas cidades eram insuficientes para atender às demandas da população, o governo firmava parcerias com os coronéis em troca de benfeitorias comunitárias. O resultado era o poder cada vez mais acentuado desse sistema político. O coronelismo se aproveitava do sacrifício da liberdade da política municipal para sobreviver⁵¹. Segundo José Murilo de Carvalho,

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária [...] O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo⁵².

Para os estudiosos do coronelismo, a primeira ideia a ganhar forma refere-se à hegemonia social dos latifundiários. Todavia, essa unidade estava adstrita aos que dependiam da sua propriedade, os votos de cabresto. A divisão dos municípios em distritos da sede (urbanos) e em distritos rurais impedia que a hegemonia abrangesse todo o município. A existência de vários grandes senhores incidia em diferentes laços políticos municipais.⁵³ Os proprietários das terras tinham grande participação na escolha dos representantes municipais e estaduais. Os coronéis ditavam aos seus comandados os nomes que deveriam ser depositados nas urnas. Utilizavam a violência contra os que não obedeciam às suas ordens. O voto secreto, antes da instauração da modalidade a descoberto, em 1904, existia apenas na letra da lei, pois o eleitor era compelido a revelar o seu voto logo após o procedimento. Por isso, a expressão voto de cabresto ter ganhado força nos relatos históricos⁵⁴, conforme se depreende dos dizeres de José Afonso da Silva:

⁵⁰ LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 37-38.

⁵¹ Ibid., p. 40.

⁵² CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

⁵³ LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 39.

⁵⁴ CORONELISMO e Direito Eleitoral na Velha República. GT X – Direito e Desenvolvimento, ...

“O coronel, como liderança local, arregimentava os eleitores e os fazia concentrar perto dos postos de votação, vigiados por sentinelas. Esses locais de concentração de eleitores passaram a ser conhecidos como currais eleitorais ou quartéis eleitorais, de onde os eleitores saíam conduzidos por prepostos do coronel para votar no candidato por ele indicado”.⁵⁵ De modo geral, a falsificação dos nomes e as mudanças nos resultados das eleições, em favorecimento aos que possuíam poder, eram práticas corriqueiras nessa época. Dois tipos de fraudes tornaram-se populares nos processos eleitorais da Primeira República: o bico de pena e a degola. Como se viu, desde o período colonial às mesas eleitorais eram conferidas grandes atribuições – esse poder facilitava a prática fraudulenta.

A falsificação “bico de pena” recebeu esse nome em decorrência da adulteração das assinaturas dos eleitores nas atas eleitorais e dos próprios nomes depositados nas urnas. Nos casos em que, mesmo diante da falsificação, o candidato diferente daquele escolhido pelos coronéis viesse a ganhar a votação, praticava-se a “degola”, “o não reconhecimento do diploma eleitoral do Deputado eleito”⁵⁶, por parte da Comissão de Verificação, no campo estadual composta de membros das assembleias estaduais e, na esfera federal, de deputados federais e senadores.

A corrupção eleitoral dominou as diferentes épocas, ainda que, durante a República, tenha havido diversas reformas, as quais, em sua grande maioria, formalmente buscavam dar mais segurança ao processo eleitoral. No entanto, sempre o sistema coronelista conseguia algum meio de manter as práticas fraudulentas e, por conseguinte, de se perpetuar no poder, contanto com o apoio, em nível local, da política dos coronéis e, em nível nacional, da política dos governadores de Campos Salles.

Nesse reformar incansável, anulamos e refizemos alistamentos; alteramos diversas vezes o mecanismo da qualificação, a composição das mesas eleitorais e das juntas apuradoras; incluímos a magistratura e a polícia no processo eleitoral e as excluímos; tivemos a eleição indireta e a eleição direta, o voto devassável e o sigilo do voto; ampliamos e restringimos as circunscrições eleitorais, desde o distrito correspondente a uma província ou Estado até o de um deputado único; experimentamos o escrutínio de lista, o voto uninominal, a lista incompleta, o voto cumulativo e até a representação proporcional; e o mais curioso é que na República chegamos a repetir experiências malsucedidas no Império⁵⁷.

⁵⁵ SILVA, José Afonso da. *O constitucionalismo brasileiro: evolução institucional*, cit., p. 59.

⁵⁶ LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 113-114.

⁵⁷ Ibid., p. 118.

Os partidos republicanos dominavam a política e evidenciava-se a presença dos senhores de terras como componentes do grupo. A política do chamado coronelismo tem sua participação em todas as fases da formação política e social do Brasil, desde a Colônia e passando pelo Império, mas teve seu apogeu e sua definição clássica na fase da primeira República, sendo incorporada às características políticas municipais e regionais. Sua influência marcou a legislação e todas as mudanças políticas ocorridas na passagem do tempo, manifestando-se principalmente em municípios interioranos.

Entre os grandes conceitos difundidos que se relacionam, mas não são sinônimos, estão o coronelismo, o clientelismo e o mandonismo. O primeiro diz respeito ao sistema pelo qual os coronéis lideravam a sociedade e pertenciam ao grupo de poder; o clientelismo visava à proteção em troca de apoio político; e o mandonismo refere-se ao indivíduo que tem a posse e o controle total, decidindo sobre todos os atos⁵⁸. Com o peso do voto dos trabalhadores rurais, os donos das terras influenciavam o povo e detinham os poderes econômico e político da sociedade local: “O fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do ‘coronelismo’ fossem de observação frequente durante o Império e alguns deles no próprio período colonial”⁵⁹. O coronelismo foi considerado um fenômeno marcante da história social brasileira, fortalecido pelo poder público que o considerava um sistema governamental. Como exemplo, Basbaum cita,

O Amazonas, assim, estava nas mãos de um Sylverio Nery; no Pará reinava um Antônio Lemos; no Maranhão, Benedito Leite; no Piauí, o numeroso e inesgotável clã dos Pires Ferreira; no Ceará, os Acioly; em Pernambuco, Rosa e Silva; em Goiás, os famigerados Caiados, e assim por diante⁶⁰.

Com as transformações políticas e sociais, o coronelismo perdeu sua força. As crises na economia rural também foram decisivas para a sua decadência. As mudanças na legislação eleitoral fortaleceram os processos de escolha dos governantes, contribuindo para um sistema político mais seguro, sem a interferência dos latifundiários. Ainda assim, o desaparecimento da figura do coronelismo não foi total. A troca de favores e a compra dos votos são reflexos desse sistema que ainda vigora na sociedade atual.

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. op. cit.

⁵⁹ LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 123.

⁶⁰ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. v. 2, p. 189-190.

4. O Tenentismo e a criação da Justiça Eleitoral

A Revolução de 1930 foi um movimento armado, cujo resultado, pelo menos para o contexto específico da revolução, foi a derrubada do então presidente, Washington Luiz. Em seu lugar, assumiu Getúlio Vargas, que detinha o apoio dos chefes militares. Muito se discute acerca das características e das consequências da Revolução de 1930, conforme será explicitado ao longo deste tópico. Apesar de ser tradicionalmente estudada como uma revolução, o conflito não resultou em um abalo das estruturas tradicionais, levantando grande debate na historiografia da época. Os dados e estatísticas de cunho social, econômico e cultural demonstravam que o *status quo* existente beneficiava tão somente a classe dominante desse período, em razão de uma estrutura política que dava sustentáculo a esta classe. Logo, uma mudança para que vigorasse uma efetiva representação política da sociedade se fazia necessária. Conforme afirma Cármen Lúcia, “...a Revolução de 1930 teve como principal bandeira a moralização do processo eleitoral, corroído como estavam as instituições e o próprio regime político brasileiro pelas práticas encardidas por nódoas indelévels à República Velha”.⁶¹ As consequências da Revolução de 1930, Getúlio Vargas, “Rasgando a Constituição de 1891, matara, consequentemente, a autonomia dos estados e a dos municípios.” Razão pela qual a vitória da Revolução de 1930 teria resultado no centralismo típico da ditadura, deturpando os princípios da democracia.⁶²

Tramando o continuísmo no governo como chefe supremo, impusera a centralização escravizadora da ditadura. Verdadeiro “estelionato cívico”, foi no que se resumiram as conquistas da revolução de 1930.

A situação de desmando que se implantou no país – os abusos da prepotência que, dia a dia, procuravam conter, abafar, amordaçar e destruir os sustentáculos da democracia – tornavam-se cada vez mais impressionantes⁶³.

O período imediatamente anterior à Revolução de 1930 ficou conhecido, historicamente, como o regime político do “café com leite”, com as oligarquias de Minas Gerais e de São Paulo revezando-se no poder. Para que tal hegemonia fosse possível,

⁶¹ ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Justiça Eleitoral e representação democrática. In: ROCHA, Cármen Lúcia Antunes; VELLOSO, Carlos Mário da Silva (Coords.). *Direito eleitoral*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 386.

⁶² MALUF, Nagiba Maria Rizék. *Revolução de 32: o que foi: por que foi*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009. p. 25.

⁶³ Id.

como visto, o processo eleitoral era fraudado de todas as maneiras possíveis, uma vez que se tratava de uma prática bastante comum na sistemática política brasileira da época. Tal regime político, apesar de atender bem aos interesses do governo, em nada agradava às autoridades militares da época, que já se movimentavam no sentido de tentar reverter a situação. Um grande exemplo do descontentamento da classe militar foi a carta redigida em 1925 pelo general Isidoro Dias Lopes ao deputado Azevedo Lima:

Fantasticamente rico, o Brasil, sob o ponto de vista financeiro, está falido. Não pode pagar os fabulosos juros da sua fabulosa dívida, apesar dos milhões de contos de réis extorquidos ao povo nesses últimos vinte anos. Fantasticamente rico - sob o aspecto econômico -, o Brasil contempla uma oligarquia plutocrática a enriquecer até a quinta geração, enquanto 30 milhões de habitantes, quase em miséria, são cada vez mais explorados⁶⁴.

Ante o cenário de descontentamento, o apoio militar seria fundamental para o sucesso da Revolução de 1930, muito embora, grande parte do grupo que de fato esteve presente na revolução encontrava-se, a rigor, fora do aparelho militar do Estado, uma vez que muitos de seus membros haviam sido afastados das fileiras do Exército. Os apoiadores da Revolução eram em sua maioria os “tenentes” da época, que ficaram conhecidos como o movimento tenentista. Dessa forma, a grande conspiração militar partiu de nomes específicos desse setor, sendo a participação da cúpula do Exército verificada de forma explícita apenas quando o resultado da revolução já era evidente⁶⁵. Contudo, não obstante o auxílio do poder militar na revolução, o embate dos componentes civis – as oligarquias não vinculadas à economia cafeeira, a classe média e uma presença difusa de massas populares – contra os militares não tardaria a acontecer.

O movimento tenentista foi apenas um reflexo das inquietações da época, tendo papel coadjuvante na revolução. Isso não significa dizer que tal movimento não teve importância para o período histórico, muito pelo contrário, a Revolução de 1930 só foi possível graças a uma somatória de fatores, entre eles o referido movimento⁶⁶, que era uma força importante, por sua experiência militar e por seu prestígio no interior do Exército, dando condições de aproximação entre os políticos mais jovens e os militares

⁶⁴ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 126.

⁶⁵ Ibid., p. 134-135.

⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 315-316.

rebeldes⁶⁷. Em termos de conceito, pode-se dizer que o tenentismo caracterizava-se como um:

Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930⁶⁸.

O tenentismo não se resume ao conceito a ele historicamente associado, sendo um movimento bem mais complexo. Nesse sentido, ele deve ser “analisado como um fenômeno político que teve uma particularidade tanto em sua atuação enquanto ator no cenário nacional, quanto um grupo que foi constantemente permeado por contradições intrínsecas”. Isso porque dentro do próprio movimento, ao longo dos anos, foram verificadas divergências políticas e ideológicas⁶⁹.

A crise começou a ganhar contornos quando, em 1930, ano em que o governo deveria ser ocupado pela oligarquia mineira, os paulistas apresentaram Júlio Prestes como candidato. Com esse ato, em desacordo ao estabelecido pela política do “café com leite”, um candidato da oposição, Getúlio Vargas, conseguiu maior apoio. No entanto, Júlio Prestes foi quem logrou êxito nas eleições, o que se deveu, também, às várias fraudes já corriqueiras do certame eleitoral. Pelo contexto, é possível dizer que a aliança política entre as oligarquias da época se tornou, a essa altura, insustentável.⁷⁰

Note-se que o cenário não poderia ser pior: a vitória de Júlio Prestes, que causou descontentamento entre os políticos de Minas Gerais e no próprio candidato da oposição,

⁶⁷ FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 276.

⁶⁸ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo* [Verbetes]. Fundação Getúlio Vargas-FGV CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TENENTISMO.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

⁶⁹ VIVIANI, Fabrícia Carla. *Tenentismo e modernização brasileira*. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/politicausp/teoriapol/Modernidade/Viviani.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

⁷⁰ Destaque-se que Vargas já delineava seu caminho rumo à presidência e, no governo de Washington Luís, o político gaúcho indicava o seu interesse no desenvolvimento capitalista do país: “Ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1929, depois de ter sido Ministro da Fazenda de Washington Luís, um de seus primeiros atos foi criar um banco estatal - o do Estado do Rio Grande do Sul -, cujo objetivo declarado era financiar a produção, atuando suplementarmente à iniciativa privada. Nesta época, ao justificar a iniciativa, nela reflete sua perfeita sintonia com o capitalismo moderno, defendendo o crédito como fator primordial para alcançar o desenvolvimento. A partir daí, esta palavra permaneceu para sempre em seus pronunciamentos, evidenciando a mudança das relações entre Estado e economia da República Velha para o período que a sucedeu. Transformou-se em ideologia, o desenvolvimentismo”. Cf. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A gênese regional da “revolução de 30”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 117, 1999.

Getúlio Vargas, que concorria pelo Rio Grande do Sul; o assassinato de João Pessoa (vice-presidente), em julho do mesmo ano eleitoral; e a instabilidade econômica da época, agravada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque no ano anterior, culminaram na fórmula ideal para a ocorrência de uma revolução. Esse contexto caótico foi o terreno perfeito para que as autoridades militares da época justificassem a necessidade de um golpe militar. Júlio Prestes, apesar de eleito pelo voto popular, nunca chegaria a assumir o cargo. O então presidente, Washington Luiz, foi deposto pelos chefes militares do Exército e da Marinha em 1930. Getúlio Vargas, que estava por trás do golpe, assumiu o poder. Interessante notar como a conjuntura da época era favorável ao golpe. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande Sul foram os precursores da revolução.

Dessa forma, a Revolução de 1930 marcou o fim do acordo político do “café com leite”, pondo termo ao domínio das oligarquias mineira e paulista. Vargas assumiu provisoriamente o poder em 1930, ano do golpe, exercendo-o até 1934, quando foi eleito presidente pela Assembleia Constituinte para cumprir um mandato até o ano de 1937. Não contente com o golpe de 1930, Getúlio permaneceu no poder até 1945, devido ao forte apoio dos militares. Pois bem, diante do caótico cenário, cumpre destacar que pela primeira vez na constituição de uma Assembleia Constituinte, de 1933/1934, houve a inclusão do pensamento socialista, conforme salienta José Afonso da Silva: “pela primeira vez nela figuram representantes do pensamento socialista, Acir Medeiros e Vasco de Toledo e Zoroastro Gouveia e Lacerda Werneck, eleitos pelo Partido Socialista de São Paulo”⁷¹.

Entre os principais assuntos discutidos na Constituinte estavam a ordem econômica e social e o bicameralismo, apesar de este último ter sido afastado, uma vez que, o Poder Legislativo era exclusivo da Câmara dos Deputados, sendo o Senado Federal um órgão de apoio⁷². A Revolução de 1930, pela sua configuração, pode ser considerada o primeiro movimento armado de âmbito nacional na história brasileira. Os eventos anteriores, apesar de terem a pretensão de atingir o âmbito nacional, não conseguiram se generalizar, veja-se: “Encontram-se exemplos disto tanto no período colonial (Emboabas, Beckman, Inconfidências Mineira e Baiana, Confederação do Equador), como no Império (Cabanagem, Guerra dos Farrapos, Sabinada, Praieira) e na Primeira República (Revolta da Armada, Revolução Federalista)”⁷³.

⁷¹ SILVA, José Afonso da. *O constitucionalismo brasileiro: evolução institucional...*, p. 67.

⁷² Id.

⁷³ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Op. cit.*, p. 114.

Esse quadro mudou com a Revolução de 1930,⁷⁴ cujo caráter nacional se apresentou tanto em termos de propostas como de consequências⁷⁵.

Contudo, afinal de contas, em que consistiu a Revolução de 1930? Apesar do que se possa depreender do contexto da época, tal revolução não representou o embate entre interesses agrários e industriais, nem mesmo um conflito entre posicionamentos acerca da orientação política que o Brasil deveria adotar a partir de então. A revolução se deu em razão de um conflito dentro da classe dominante à época, com vistas ao controle político do Estado brasileiro⁷⁶.

De acordo com essa linha de raciocínio, a Revolução de 1930 não representou uma ruptura histórica, mas sim, uma continuidade, uma vez que o resultado da insurreição não implicou mudanças significativas na classe dominante, mas tão somente o surgimento de um novo arranjo político, com distribuição do poder entre as elites políticas da época.

Nesse sentido, Newton Bueno considera que resta “estabelecido na historiografia que não havia choque de interesses, mas complementaridade econômica entre o setor agrário e o setor industrial no Brasil”. Todavia, o debate acerca do caráter de ruptura ou continuidade parece infrutífero para a compreensão desse período da história brasileira⁷⁷. De fato, conforme analisa Fausto, “[a] Revolução de 1930 [...] não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política. Isso não elimina certas conexões entre o processo de industrialização e o episódio revolucionário.” Isso significa dizer que, apesar de ter colocado fim à política do “café com leite” das duas maiores oligarquias brasileiras da época, a revolução por si só não promoveu a guinada industrial no Brasil⁷⁸. Ainda de acordo com Fausto,

Ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações

⁷⁴ A articulação tanto da chapa Vargas-João Pessoa, a Aliança Liberal, como do levante armado para derrubar o governo de Washington Luís, partiu dos estados descontentes - inicialmente Rio Grande do Sul e Paraíba, esta última simbolizando o nordeste - mas logo dividiu Minas Gerais e encontrou adeptos até em São Paulo, no Partido Democrático e nas populações urbanas que, segundo relatos, saudavam entusiasticamente os aliancistas quando da campanha eleitoral. Finalmente, o apoio do Exército, instituição marcadamente de caráter nacional, foi fundamental para a vitória da “revolução”, mas os militares pouco participaram do começo das articulações, quando da formação da Aliança Liberal, então sob a liderança de políticos civis cf.: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Op. cit., p. 114.

⁷⁵ Id.

⁷⁶ BUENO, Newton Paulo. A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na nova economia institucional. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 444, abr./jun. 2007.

⁷⁷ Id.

⁷⁸ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*, cit., p. 69.

de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade⁷⁹.

Seja como for, a Revolução de 1930 foi marco de grandes mudanças no cenário político brasileiro, conforme será analisado. Apesar de não ser possível se verificar uma guinada paradigmática, é inegável que tal evento representou uma mudança nos rumos políticos da época porque sinalizou o término da hegemonia burguesa cafeeira. O poder político foi, por assim dizer, redistribuído, a partir da revolução⁸⁰.

Tendo em vista a ausência de grandes rupturas, apesar das mudanças, principalmente no que concerne à criação da Justiça Eleitoral pouco depois, é possível dizer que a Revolução de 1930 “assemelhou-se ao arrombamento de uma porta aberta porque [...] a ninguém interessava se opor a ela”. Em verdade, a Revolução de 1930 representou o rompimento de um acordo político entre as oligarquias mineira e paulista, sem grande comoção ou oposição⁸¹. Seu grande mérito foi ter permitido o surgimento de pensamentos que, futuramente, influenciariam de forma contundente os rumos políticos do país. Nesse sentido, a Revolução de 1930 foi fundamental para o desenvolvimento do debate acerca de questões importantes para o país⁸². De acordo com Fausto,

O Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações. A política de marginalização pura e simples realizada pelas velhas classes dominantes não tinha mais condições de se sustentar. Se na plataforma da Aliança Liberal já se encontravam os traços de um maior interesse pelo chamado problema social, as agitações operárias dos primeiros anos da década de 1930 acabaram por “sensibilizar” o governo em definitivo⁸³.

Esse é, pois, o contexto fornecido pela Revolução de 1930. Mesmo não tendo gerado mudanças de ordem estrutural na sistemática política do país, os eventos do período tornaram possível o surgimento da Justiça Eleitoral. Esse sim, fato determinante

⁷⁹ Ibid., p. 116.

⁸⁰ BUENO, Newton Paulo. Op. cit., p. 445.

⁸¹ Id.

⁸² OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 15.

⁸³ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*, cit., p. 140.

para os rumos políticos do Brasil.⁸⁴ Continua Fausto, ao afirmar que a Revolução de 1930 não significou a tomada direta do poder por esta ou aquela classe social, asseverando que:

Os vitoriosos de 1930, compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados “tenentes civis”; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das Forças Armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente assegurariam seu predomínio⁸⁵.

O descontentamento dos paulistas para com a Revolução de 1930 ficaria claro mais tarde,⁸⁶ em 1932,⁸⁷ com a Revolta Paulista.⁸⁸ Um dos principais objetivos do movimento⁸⁹ era “[...] convencer o Governo Provisório de Getúlio Vargas da necessidade de pôr fim ao caráter discricionário do regime sob o qual vivia o país”.⁹⁰

5. Conclusões

Foram poucos os meses de conflito, mas com grande mobilização popular, em um “verdadeiro esforço de guerra”. Contudo, o fracasso da Revolta Paulista, que ficaria

⁸⁴ Com relação aos papéis da Justiça Eleitoral, nas palavras de Thales Cerqueira e Camila Cerqueira: “A Constituição de 1934 constitucionalizou a Justiça Eleitoral; a carta de 1937, em plena ditadura, tornou inócua a Justiça Especializada; e a Constituição de 1946 reestruturou novamente a Justiça Eleitoral. Portanto, a Justiça Eleitoral surge em 1932 para disciplinar as eleições em foro neutro, livre de quem dominava o poder. [...] Assim, a Justiça Eleitoral tem como missão básica preparar, realizar e apurar as eleições brasileiras, ou seja, são papéis, em linha geral, da Justiça Eleitoral: 1. Organizativo – pré-eleições até as eleições, tendo diversas tarefas, como alistamento, transferências e votação propriamente dita; 2. Controle de propaganda eleitoral; 3. Processo eleitoral, que culmina em sanções administrativas (multas), penais cíveis/eleitorais (inelegibilidades)” CERQUEIRA, Thales Tácio Pontes Luz de Pádua; CERQUEIRA, Camila Medeiros de Albuquerque Pontes Luz de Pádua; INFANTE, Cristiane de O. Parisi. *Tratado de direito eleitoral: direito material eleitoral: parte I*. São Paulo: Premier Máxima, 2008. t. 1, p. 161.

⁸⁵ FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 279.

⁸⁶ MOREIRA, Regina da Luz. *Revolução Constitucionalista de 1932*. Fundação Getúlio Vargas-FGV CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

⁸⁷ “Aliados, assim, todos os grupos políticos de prestígio no Estado, inclusive o Partido Republicano Paulista e os burgueses dissidentes que haviam promovido a queda desse partido; envolvida a população, através do apelo às suas tradições de altivez e coragem cívica; e atraída, sem dificuldade, a Força Pública do Estado, ocorreu verdadeira explosão político-militar no dia 9 de julho de 1932” DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 60.

⁸⁸ MOREIRA, Regina da Luz. *Revolução Constitucionalista de 1932*. Fundação Getúlio Vargas, FGV CPDOC, cit.

⁸⁹ Id.

⁹⁰ ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Op. cit., p. 386.

evidente em pouco tempo, pode ser analisado como o resultado da falta de apoio. Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que apoiavam o constitucionalismo – tal como São Paulo –, preferiram ficar do lado do governo provisório. A rendição de São Paulo teve lugar em 1º de outubro de 1932, com a deportação dos líderes do movimento para Portugal. Apesar da derrota militar, São Paulo teve ganhos em termos econômicos, pois o governo provisório decidiu manter a valorização do café, produto do qual São Paulo era o grande produtor, e nomear um interventor civil e paulista para comandar o estado, Armando de Salles Oliveira. No diapasão de tamanhos movimentos, é certo que a Revolução de 1930 foi o maior deles em termos de mudanças de pensamentos, “buscando fazer cumprir o que seria sua promessa mais premente e comprometida diretamente com o eleitorado, aprovando o que se conheceu como o ‘primeiro código eleitoral do Brasil’”.

O referido código, segundo Boris Fausto, contribuiu significativamente para estabilizar o processo das eleições e, pelo menos, para reduzir as fraudes, graças à criação da Justiça Eleitoral, incumbida de organizar e fiscalizar as eleições e de julgar recursos. De acordo com Carlos Mário da Silva Velloso, um dos objetivos da Revolução de 1930 foi “a moralização do procedimento eleitoral (na primeira república era normal candidatos serem eleitos e terem sua diplomação negada pelo Poder Legislativo)”. Fruto da revolução, a Justiça Eleitoral brasileira teria se inspirado no Tribunal Eleitoral da Tchecoslováquia que, por sua vez, foi idealizado pelo jurista austríaco Kelsen. A partir de sua criação, o Poder Judiciário passou a ter autonomia para a realização das eleições.

A tomada do poder por Getúlio Vargas, juntamente com a Aliança Liberal, marcou o início do governo provisório, apoiado pelos militares, e o fim da República Velha. A partir dessa fase, novas medidas foram tomadas pelo governo e a reforma eleitoral foi uma das primeiras delas. Para tanto, criou-se uma legislação eleitoral que, pouco depois, daria luz ao primeiro Código Eleitoral do Brasil. Mais do que um esforço do governo de Getúlio Vargas, o Código representou a falência de um sistema político, antes pautado em fraudes das mais diversas naturezas; o objetivo era o de moralizar o processo político. O Código Eleitoral surgiu em 24 de fevereiro de 1932, com a publicação do Decreto n. 21.076. Foram várias as suas inovações e contribuições ao ordenamento jurídico, conforme será analisado. A maior delas, sem sombra de dúvidas, foi a criação da Justiça Eleitoral, cuja organização e composição permanece com poucas alterações, até os dias atuais.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARAÚJO, Washington Luís Bezerra de. *O voto no Brasil: da colônia ao império*. Fortaleza: Escola Superior da Magistratura do Ceará; Escola Judiciária Eleitoral, 2007.

CARVAJAL PÉREZ, Marvin. O Tribunal Constitucional da Costa Rica. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 91, p. 201-219, jan. 1996.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CORONELISMO e Direito Eleitoral na Velha República. GT X – Direito e Desenvolvimento. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA. CIDADANIA EM TEMPOS DE TOLERÂNCIA, 21., UFRN, 2-6 maio 2016.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Ed. das Américas, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *O pequeno exército paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DEFESA do Partido Comunista do Brasil. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/pcb/arquivos/defesa_partido.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. *Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, set./dez. 2015.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 2015.

_____. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERRARO, A. R. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 50, p. 181-206, out./dez. 2013.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2005.

- FERREIRA, Pinto. *Código Eleitoral comentado*. 4. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997.
- FIORI, José Luis. *O poder global: e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A gênese regional da “revolução de 30”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 113-127, 1999.
- FUX, Luiz. Princípios do direito eleitoral. In: NORONHA, João Otávio de; KIM, Richard Pae (Coords.). *Sistema político e direito eleitoral brasileiros*. São Paulo: Atlas, 2016.
- GADELHA, Paulo. Do voto distrital. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 24, n. 94, p. 249-252, abr./jun. 1987.
- GALLARDO, Alfonso Myers. A reforma política no México: uma análise crítica dos avanços e retrocessos nas novas leis eleitorais do país. *Paraná Eleitoral*, v. 3, n. 2, p. 1-31 Disponível em:
- GLOSSÁRIO eleitoral brasileiro [Capacidade eleitoral]. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes>>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- HOLANDA, S. B. de (Dir.). *Do Império à República*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. (Coleção História geral da civilização brasileira; tomo II – O Brasil monárquico, v. 5).
- JACOB, João Paulo Ramos *Justiça eleitoral: entre o autoritarismo e a democracia*. São Paulo: 2018. 264f. Dissertação (Mestrado). USP / Faculdade de Direito.
- JACOB, João Paulo Ramos. *Justiça Eleitoral: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v.1. p.268. isbn: 9788551909362
- JACOB, João Paulo Ramos. A nova versão do art. 224 do Código Eleitoral. *Paraná Eleitoral*. v.6, p.131, 2017. [<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-2017-volume-6-revista-1-artigo-6-joao-paulo-ramos-jacob-1541624115103>]
- JEHÁ, Pedro Rubez. Aspectos jurídicos do financiamento eleitoral no Brasil. In: CAGGIANO, Monica Herman S. (Coord.). *Direito Eleitoral em debate: estudos em homenagem a Cláudio Lembo*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- JOBIM, Nelson. Brasil, uma pincelada no sistema eleitoral. In: NORONHA, João Otávio de; KIM, Richard Pae (Coord.). *Sistema político e direito eleitoral brasileiros*. São Paulo: Atlas, 2016.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEÃO, Michele. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 11, p. 602-615, 2012.
- LOPES, Fláucia do Prado Fonseca. *A justiça eleitoral no Brasil: evolução do sistema eleitoral, da colônia ao voto eletrônico*. Brasília: Universidade de Legislativo Brasileiro, 2008.

LOPES, Raimundo Hélio. O Poder Discricionário: o Governo Provisório nas páginas do jornal carioca Correio da Manhã (1930-1932). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 29., 2020, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2020.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Código eleitoral interpretado: normas eleitorais complementares*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MALUF, Nagiba Maria Rizék. *Revolução de 32: o que foi: por que foi*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1951.

MOREIRA, Regina da Luz. *Revolução Constitucionalista de 1932*. Fundação Getúlio Vargas-FGV CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MUSEU do Voto. *Igreja e Eleições no Império*. Brasília-DF: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/temas/igreja-e-eleicoes-no-imperio>>. Acesso em: 13 maio 2020.

NASPOLINI, Samuel Dal-Farra. *Pluralismo político: subsídios para análise dos sistemas partidário e eleitoral brasileiros em face da Constituição Federal*. Curitiba: Juruá, 2006.

NEVES, Oozias Paese. A redemocratização investigada por meio de cartilhas do movimento Pró-participação Popular na Constituinte: Educação Política e Cultura. *Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas (Brazilian Journal of Law Research)*, Avaré: Eduvale, v. 1, n. 1, p. 97-117, 2020. DOI: 10.51284/rbpj.01.0zi. Disponível em: <https://ojs.eduvaleavare.com.br/index.php/rbpj/article/view/5> . Acesso em: 11 jan. 2020.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo. A reforma da representação proporcional no Brasil. In: BENEVIDES, Maria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. *Justiça eleitoral: organização e competência*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18653-18654-1-PB.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OLAVO, Luciano. *Sufrágio, voto, escrutínio, plebiscito e referendo*. Disponível em: <http://www.lucianoolavo.com.br/sufragio_plebiscito_referendo.html>. Acesso em: 31 out. 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Marcelo Roseno de. *Controle das eleições: virtudes e vícios do modelo constitucional brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ORÍÁ, Ricardo. Mulher e cidadania: a conquista do voto feminino no Brasil. *Cadernos ASLEGIS*, n. 38, set./nov. 2009.

OVÍDIO, Francisco. Aspectos do direito comparado. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 79, p. 161-180, jan. 1984.

PAIM, Gustavo Bohrer. *Direito eleitoral e segurança jurídica*. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2016.

PEREIRA, Erick Wilson. *Direito eleitoral: interpretação e aplicação das normas constitucionais-eleitorais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PERÍODO republicano teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro. *Portal Brasil*, Seção Governo, 18 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/brasil-republica/>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PLENÁRIO do STF considera “cláusula de barreira” inconstitucional. *Notícias STF*, 07 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=68591>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PORTO, Walter Costa. *A mentirosa urna*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PORTUGAL. Ordenações Filipinas. In: JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa (Orgs.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996. v. 1.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1933.

O PROCESSO eleitoral - O Senado e a primeira República. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, 15 jul. 2002. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=292066>>. Acesso em: 16 set. 2020.

QUEIROZ, Luiz Viana. Lei da ficha limpa e respeito à coisa julgada. In: ROLLEMBERG, Gabriela; DIAS, Joelson; KUFA, Karina (Orgs.). *Aspectos polêmicos e atuais no direito eleitoral*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

RAMAYANA, Marcos. *Direito eleitoral*. 5. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2015.

RAMOS, Elival da Silva. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas da evolução*. São Paulo: Saraiva, 2010.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. São Paulo: Manoel, 2013.

RIBEIRAL, Tatiana Braz. Justiça eleitoral e direitos políticos no Brasil e no México. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 15, p. 261-275, set. 2014.

RIBEIRO, Fávila. *Constituinte e participação popular*. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____. *Pressupostos constitucionais do direito eleitoral: no caminho da sociedade participativa*. Porto Alegre: Fabris Editor, 1990.

RICCI, Paolo; SILVA, Glauco Peres da. O Código Eleitoral de 1932 e a invenção da proporcional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2016.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Justiça Eleitoral e representação democrática. In: ROCHA, Cármen Lúcia Antunes; VELLOSO, Carlos Mário da Silva (Coords.). *Direito eleitoral*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

RODRIGUES, Manoel Ferreira. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília-DF: TSE/SDI, 2005.

RODRIGUES, Marcelo Abelha; JORGE, Flávio Cheim. *Manual de direito eleitoral*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 27. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

ROSAS, Suzana Cavani. A dança dos círculos. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Coords.). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2020.

RUI Barbosa. *Discurso de 10 de julho de 1879*. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 1985. (Perfis parlamentares; v. 28).

SADEK, Maria Tereza. *A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil*. São Paulo: Konrad Adenauer, 1995.

SAIBA mais sobre o Brasil Império. *Portal Brasil*, Seção Governo e Política, 6 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio/>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SALGADO, Eneida Desiree. *Princípios constitucionais eleitorais*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SAMPAIO JÚNIOR, José Herval. *Organização da Justiça Eleitoral brasileira: os Tribunais*. Disponível em: <<https://joseherval.jusbrasil.com.br/artigos/162575153/organizacao-da-justica-eleitoral-brasileira-os-tribunais>>. Acesso em: 25 nov. 2020

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SARTORI, Giovanni. *Engenharia constitucional*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1996.

SCATIMBURGO, João de. *O Poder Moderador*. São Paulo: Livr. Pioneira, 1980.

SIERRA, Gerónimo de. Democracia e modernização na transição uruguaia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 16, p. 103-121, mar. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n16/a05n16.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2018.

SILVA, Cecília de Almeida et al. *Diálogos institucionais e ativismo*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, Henrique Neves da. Regulamentação eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral. In: NORONHA, João Otávio de; KIM, Richard Pae (Coord.). *Sistema político e direito eleitoral brasileiros: estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli*. Prefácio Ministro Carlos Ayres Britto. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, José Afonso da. *O constitucionalismo brasileiro: evolução institucional*. São Paulo: Malheiros Ed., 2011.

SILVA, Lyana Maria Martins da. *Reforma gorada: a Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 75-106, dez. 2015. Disponível em:

SILVEIRA, José Néri da. *Aspectos do processo eleitoral*. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 1998.

SOARES, Marcos Antônio Striquer. Jurisdição e administração: duas funções da Justiça Eleitoral. *Revista Jurídica da UniFil*, Londrina, ano 3, n. 3, p. 114-121, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUSA, José Virgílio Dias de. *Aspectos gerais sobre a história do voto no Brasil*. Ugopoci, Goiânia, 2010. Disponível em: <http://www.ugopoci.com.br/UserFiles/File/art_voto.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SOUZA, Felipe Azevedo e. A Lei Saraiva e o dever da cidadania. *Documentação e Memória*, TJPE, Recife, PE, v. 2, n.3, 73-93, jan./dez. 2010.

TAVARES, Fernando Horta. Voto. In: DIMOULIS, Dimitri (Coord.). *Dicionário brasileiro de direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TAVARES, José Antônio Giusti. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

URRUTY NAVATTA, Carlos Alberto. El Régimen Electoral Uruguayo. *Revista de Direito Eleitoral do Tribunal Supremo de Elecciones*, Costa Rica, n. 4, p. 1-13, 2007.

VALE, Teresa Cristina de Souza Cardoso. Aspectos históricos da Justiça Eleitoral brasileira. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 15, p. 11-25, set. 2014.

_____. Pré-história e história da Justiça Eleitoral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297170363_ARQUIVO_prehistoriaehistoraje.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

VALLE, Álvaro. *As novas estruturas políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977.

VALVERDE CAMIÑA, Vanessa. Definiendo modelos de administración electoral: el caso argentino a examen. *Revista de Direito Eleitoral do Tribunal Supremo de Elecciones*, Costa Rica, n. 11, p. 1-38, 2011.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. *Elementos de direito eleitoral*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileira*. Brasília-DF: Senado Federal, 1999.

VIVIANI, Fabrícia Carla. *Tenentismo e modernização brasileira*. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/politicausp/teoriapol/Modernidade/Viviani.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Como citar:

JACOB, João Paulo Ramos; FONSECA, Máira Silva Marques da. Aspectos históricos do processo de criação da Justiça Eleitoral no Brasil: Republicanismo, Tenentismo e Coronelismo. *Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica*, Avaré, v.2, n.1, p. 143-173, jan./abr. 2021. doi: 10.51284/RBPJ.2.jacob